

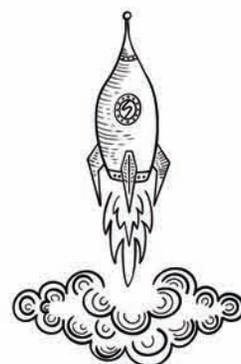
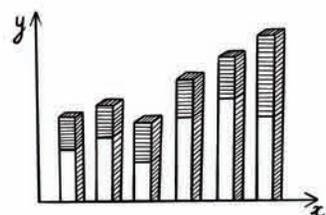
Crédito:

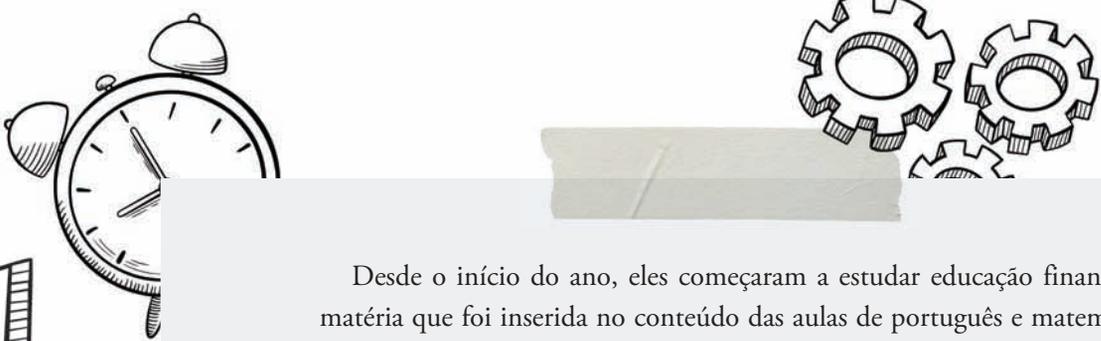
MODO DE USAR

Inadimplência alta destaca importância da educação financeira

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

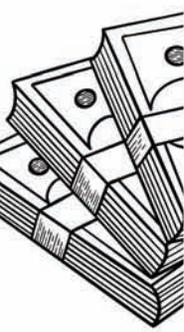
Talison tem 9 anos e quer um celular. Ana Luísa quer ganhar dinheiro para comprar um skate elétrico. Já Matheus economiza para ter um computador onde possa desenvolver seus próprios jogos digitais. Talison, Ana Luísa e Matheus são adolescentes cheios de planos, tal como seus colegas de classe na Escola Municipal Erpídio Cabral de Souza, que fica na Maré, complexo na Zona Norte do Rio de Janeiro formado por 16 favelas às margens da Baía de Guanabara, onde vivem cerca de 140 mil pessoas.





Desde o início do ano, eles começaram a estudar educação financeira, matéria que foi inserida no conteúdo das aulas de português e matemática para lhes ajudar a tomar decisões conscientes sobre dinheiro. A base do conteúdo aplicado na Índio da Maré, como a escola é conhecida, é de um programa do Banco Central voltado a promover esse letramento financeiro no ensino fundamental, e que este ano conta com a adesão de 23 mil instituições públicas em todo o Brasil. “A ideia é de que esse ensino aconteça aproximando o tema da realidade das crianças, facilitando sua compreensão”, afirma Lilian Regina Martins Melo, diretora da escola carioca, que há 15 anos trabalha na Maré.

A crescente preocupação em orientar as pessoas desde cedo para ser financeiramente mais resilientes não é à toa. Este ano, o Brasil atingiu picos históricos de inadimplência – ou seja, dívidas com atrasos superiores a 90 dias. Em junho, de acordo à Serasa, havia 71,45 milhões de inadimplentes no Brasil. Em relação a maio – maior número do ano – eram 450 mil pessoas a menos. Ainda assim, um nível muito alto, que no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, representa mais da metade da população adulta, com 52,8%; e que, em São Paulo, chega a 45,4%.



Dymytrus e Lilian, professor e diretora da escola Índio da Maré: importância de aproximar a educação financeira da realidade das crianças

O cenário macroeconômico dos últimos anos tem um papel incontestável nesse resultado, levando em conta a evolução e a persistência da inflação desde a eclosão da pandemia – com a desorganização de cadeias de suprimento – e da guerra na Ucrânia, e a sequente alta do juro básico nas principais economias do globo. No Brasil, isso representou um salto da Selic de 2% ao ano em janeiro de 2021 para 13,75% em agosto de 2022, condição em que permaneceu até a primeira semana de agosto, quando o Comitê de Política Monetária do BC (Copom) decidiu pelo corte de 0,50 ponto percentual. Esse contexto foi agravado por uma recuperação do mercado de trabalho que ainda apresenta características preocupantes – as quais, tal como estudos divulgados na *Conjuntura* mostram, a simples observação da taxa de desemprego não reflete. (Entre os exemplos recentes, veja a Carta do IBRE de junho <https://bit.ly/3rbD1bs> e o artigo do

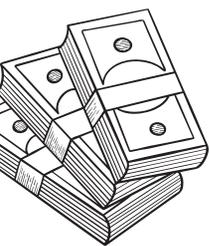
No campo do acesso, uma série de medidas tomadas nos últimos anos colaborou para tornar o mercado de crédito brasileiro mais competitivo, ampliando a oferta

economista Nelson Marconi nesta edição, pág. 46).

Mas os especialistas também indicam que, por trás desses números da inadimplência, há um sério descompasso entre a evolução do acesso a crédito e do letramento financeiro, outra condição básica da chamada cidadania financeira, como é conhecido o conjunto de direitos e deveres

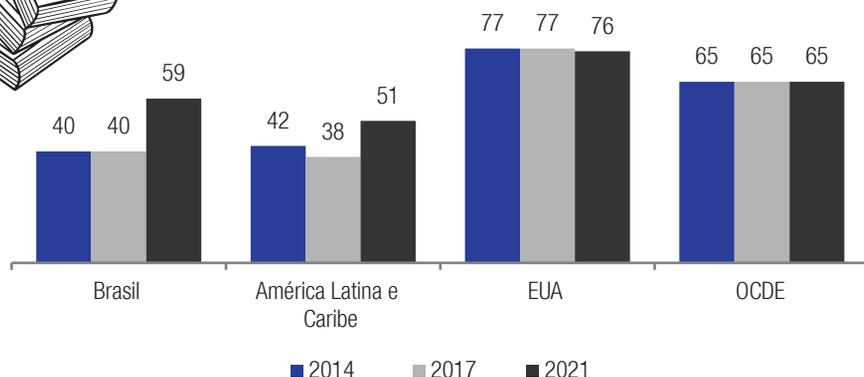
que permite ao cidadão gerenciar seus recursos de forma adequada. Iniciativas de renegociação de dívidas como o Desenrola, do governo federal, podem solucionar o problema no curto prazo, mas não garantem pessoas mais informadas sobre a melhor forma de navegar quando o orçamento estiver apertado, tampouco como fazer seu dinheiro render mais em tempos de bonança. Tratamento e prevenção, reforçam, precisam andar juntos.

Genaro Dueire Lins, pesquisador associado do FGV IBRE, ressalta que, no campo do acesso, uma série de medidas tomadas nos últimos anos colaborou para tornar o mercado de crédito brasileiro mais competitivo, ampliando a oferta. “Tivemos o Cadastro Positivo, que indica não só a informação negativa em relação ao cliente, mas quanto ele consome de serviços financeiros e não financeiros”, cita. Com a inserção automática na base de dados de pessoas que possuem empréstimos, contas a prazo ou contas de consumo, como a de serviços de telecomunicação ou de luz – as inclusões são graduais, conforme negociação com as empresas e concessionárias de serviços –, pessoas que ainda não tinham qualificação suficiente para aceder a crédito passaram a fazê-lo. Nesse campo, Lins também destaca o aprimoramento da base de dados do Sistema Nacional de Crédito (SCR), do Banco Central, “que permite, ainda que com certa defasagem, um levantamento a custo baixo de informações de crédito em instituições financeiras”. Além



Quem mais pediu dinheiro emprestado

(% da população com 15 anos ou mais que fez qualquer tipo de empréstimo, países e blocos selecionados)



Fonte: The Global Findex Database 2021 - FMI.

da chegada do *open finance*, evolução do *open banking*, que permite o compartilhamento padronizado de dados e serviços financeiros a partir da integração de sistemas entre instituições autorizadas pelo Banco Central. “Também vale destacar que o avanço tecnológico permitiu o estabelecimento de *fintechs* a um custo muito inferior ao de 20 anos atrás”, completa Lins, o que contribuiu para diluir a oferta de crédito.

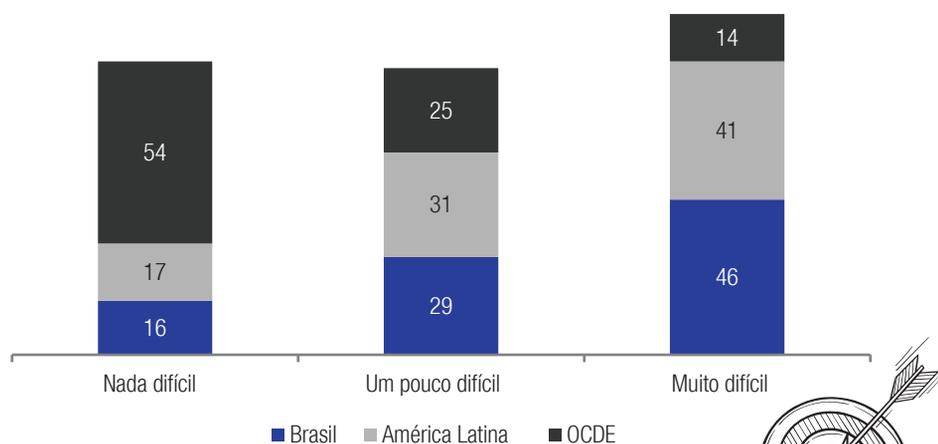
Mas essa evolução também abriu espaço para o sobre-endividamento. “Quando isso acontece em um contexto de taxas de juros razoáveis, fica mais gerenciável tanto do lado do mercado quanto dos clientes. Na conjuntura em que vivemos, entretanto, isso levou a níveis incríveis de inadimplência – o que aponta à necessidade de se revisar tanto a oferta de educação financeira quanto a responsabilidade das políticas de crédito”, defende Lins. Ou seja, uma tarefa tanto do lado da demanda quanto da oferta. Sem isso, afirma, a melhora nas condições de acesso, que deveria ser indutora de crescimento e bem-estar, em momentos adversos acaba se tornando uma força. Ele lembra que, em maio, a taxa de inadimplência no rotativo do cartão de crédito – ou seja, daquele montante que sobra quando se paga o valor mínimo da fatura, e que acaba virando um tipo de empréstimo – era de 54%. Com uma taxa de juros de 455% ao ano, torna-se uma dívida praticamente impagável. Na lista das modalidades mais caras, o rotativo é seguido pelo cartão de crédito parcelado,

com 194,3% de juros ao ano – e que em maio registrava 8,7% de inadimplência – e do cheque especial, com 130,7% de juros e 13,2% de inadimplência.

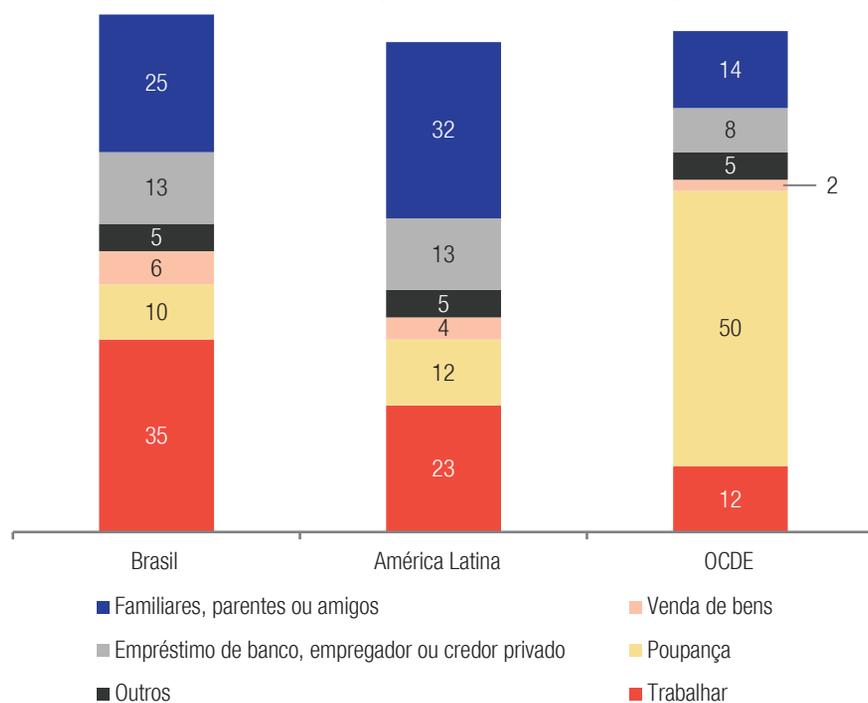
Levantamento com base em estatísticas do SCR feito por Lins,

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro IBRE, e Katherine Hennings, pesquisadora associada do IBRE, mostra que, somados, esses três produtos representam menos de 10% do total da carteira de crédito a pessoas físicas com recur-

Dificuldade em conseguir 5% do PIB local per capita em até 30 dias (em % de respostas)



Principal fonte para conseguir levantar esse montante no prazo (em % de respostas)



Fonte: BCB Série Cidadania Financeira 7; Global Findex.

tos livres – ou seja, que não incluem modalidades direcionadas como crédito rural, financiamentos imobiliários e programas de governo, que oferecem condições especiais de taxas e prazos. “Embora essa proporção seja relativamente pequena, a parcela da população com dificuldade para pagar essas dívidas é grande”, diz Katherine. Em seus estudos, os pesquisadores do IBRE constataram que parte significativa das pessoas que tomam esses recursos faz parte dos grupos de renda mais baixos, de até dois salários mínimos, e dos grupos que enfrentam condições de emprego e geração de renda mais instáveis, entre os quais estão os sem renda declarada, informais, autônomos e por conta própria. “Ao se sobre-endividar, essas pessoas não só comprometem seu presente como perdem perspectiva

Pesquisa do Serasa indica que 52% dos brasileiros possuem 3 ou mais cartões de crédito; para 32%, principal motivo é somar limites

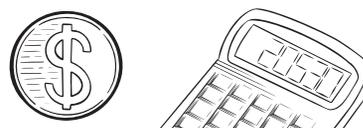
de futuro, de surfar a onda da recuperação, quando a economia cresce mais”, diz. “Por isso, a relevância da educação financeira aumenta com o maior acesso da população ao sistema, ajudado também pela facilidade

de proporcionada pela digitalização das transações”, reforça Katherine.

Várias pesquisas engordam as evidências desse descompasso entre acesso e letramento, bem como de seus riscos. Em 2022, o Índice de Saúde Financeira, produzido pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) a partir de entrevistas com 5 mil pessoas, mostrou que apenas 30% se sentiam capazes de reconhecer bons produtos financeiros, e apenas 45% afirmaram saber se informar para tomar decisões sobre suas finanças. “Nesse momento, 34% declararam que gastavam mais do que ganhavam”, destaca Amaury Oliva, diretor de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação da Febraban. A pesquisa Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro 2022, da Serasa,

Carteira de crédito Brasil – maio 2023

classificação decrescente, por taxa de juros



	R\$ bilhões	% do total	Taxa de juros (% a.a.)	Taxa de inadimplência (%)
Cartão de crédito - rotativo	71.301	3,88	455,1	54
Cartão de crédito - parcelado	64.497	3,51	194,3	8,7
Cheque especial	33.077	1,8	130,7	13,2
Crédito pessoal - não consignado	257.887	14,03	91,5	7,7
Aquisição de veículos	266.749	14,51	28,1	5,7
Crédito pessoal - consignado	612.461	33,32	25,8	2,1
Arrendamento mercantil	758	0,04	23,7	*
Cartão de crédito - à vista	369.073	20,08		0
Outros	162.574	8,84	*	*
Total	1.838.378	100	59,9	6,3

Fonte: BCB, Estatísticas Monetárias e de Crédito. *Agregação não disponível.

indicou que entre consumidores inadimplentes no cartão de crédito, 59% não haviam verificado o valor de tarifas, taxas ou juros que o atraso do pagamento implicou. Levando em conta o aumento da posse e uso de cartão de crédito, esse dado ganha ainda mais importância. “A pesquisa Perfil de Crédito do Brasileiro, realizada em maio deste ano, indicou que mais da metade dos brasileiros (52%) possui três ou mais cartões de crédito – e, para 35% deles, o principal motivo dessa multiplicidade é poder somar os limites”, diz Matheus Moura, diretor da Serasa, indicando o alto risco de essas pessoas normalizarem a ideia do acesso a crédito como um orçamento paralelo. “É importante quebrar o tabu sobre falar de dinheiro e incentivar essa discussão nos lares. É fundamental, por exemplo, mitigar a ‘cultura do parcelamento’”, defende Moura, ressaltando que o perfil de uso do cartão indica uma alta concentração em compras que não são pontuais e ou de alto valor. Ou seja, trata-se de consumo do dia a dia, que se repetirá no mês seguinte, o que não justificaria o parcelamento. “Na pesquisa de 2022, das dívidas contraídas por conta do cartão de crédito, 65% correspondiam a compras em supermercados”, afirma.

Estudo do Banco Mundial chamado Global Findex, com dados de pesquisas realizadas em 2021, dá uma perspectiva desse baixo letramento financeiro em comparação com outros países. Nele, o Brasil apresenta um índice de resiliência financeira de



“Ainda há pouca conscientização na ponta do mercado de crédito”

Nathalia Arcuri

Influenciadora de finanças,
CEO Me Poupe

Como o recente aumento da inadimplência influenciou a produção de conteúdo da Me Poupe?

A demanda que recebemos reflete o cenário nacional. Há muita procura para gestão de dívidas, como selecionar qual dívida pagar primeiro, de que forma, e uma demanda muito alta por maneiras de aumentar a renda. Houve também uma grande procura por informações de investimento. A realidade no Brasil é que mesmo pessoas endividadadas querem investir, pois entendem que seu rendimento pode crescer.

Em sua avaliação, qual o principal desafio das instituições oficiais para educar seu público?

Ainda há pouca conscientização na ponta do mercado, que é onde ela deveria acontecer de fato: antes de uma pessoa tomar crédito, informar sobre o risco que ela está fazendo ao parcelar uma compra no cartão de crédito, ou as implicações ao pegar mais de um crédito consignado, por exemplo. Poucas pessoas entendem quão nocivo é, para a vida delas, fazer um título de capitalização na esperança de um prêmio em vez de buscar um investimento de verdade. Mas se trata de uma questão que envolve interesses de mercado mesmo, o que reforça a importância de que a educação financeira aconteça desde cedo, nas escolas.

A ampliação da oferta de crédito, como com os bancos digitais, tampouco veio acompanhada de mais educação. Pesquisa do Serasa deste ano mostra que mais da metade da população tem pelo menos três cartões de crédito. Pulverizou-se o risco, no momento em que temos um nível histórico de inadimplência.

É preciso ampliar a educação financeira no ensino, do fundamental ao médio. Não teremos um país sustentável economicamente se não tivermos uma boa educação de base, e que inclua letramento financeiro.

Leia a íntegra da entrevista no *Blog da Conjuntura Econômica*:
(<https://bit.ly/3s0DBcG>)

45%, abaixo da média dos países de renda média-alta, grupo a que pertence, onde se observou um percentual de 70%. Para elaborar esse índice, perguntou-se aos entrevistados qual o grau de dificuldade teriam em conseguir 5% do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em até 30 dias – que, na época, representava R\$ 2,4 mil no Brasil. Além de registrar um alto nível de respostas “muito difícil” entre brasileiros, o Banco Mundial também identificou que no Brasil o percentual de pessoas que afirmaram poder contar com poupança própria para conseguir esse valor (10%) era menor do que na média da América Latina (12%), e muito abaixo da média dos países da OCDE (50%). Em análise dos resultados do Global Findex, o Banco Central sinaliza que esse resultado pode se relacionar ao baixo hábito de poupança dos brasileiros, ainda que se observe um aumento na intenção de fazê-lo nos últimos anos.

Tratamento x prevenção

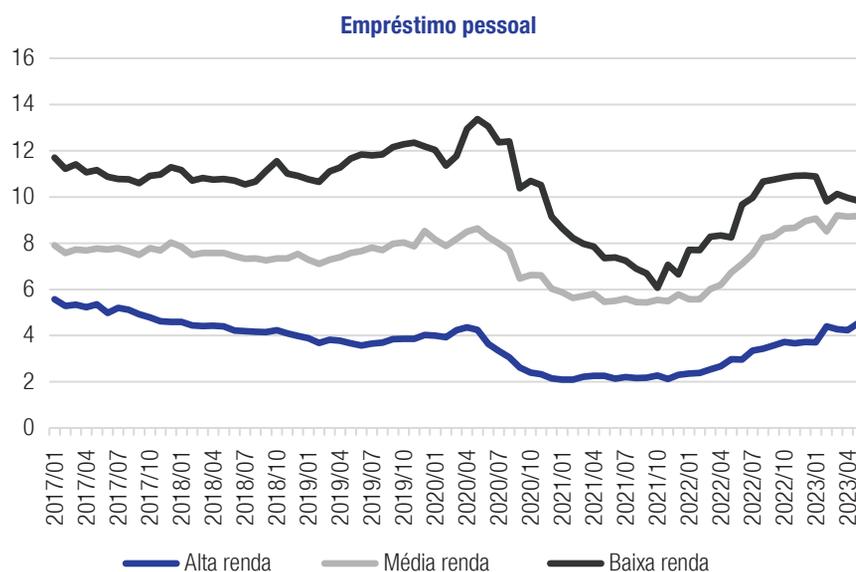
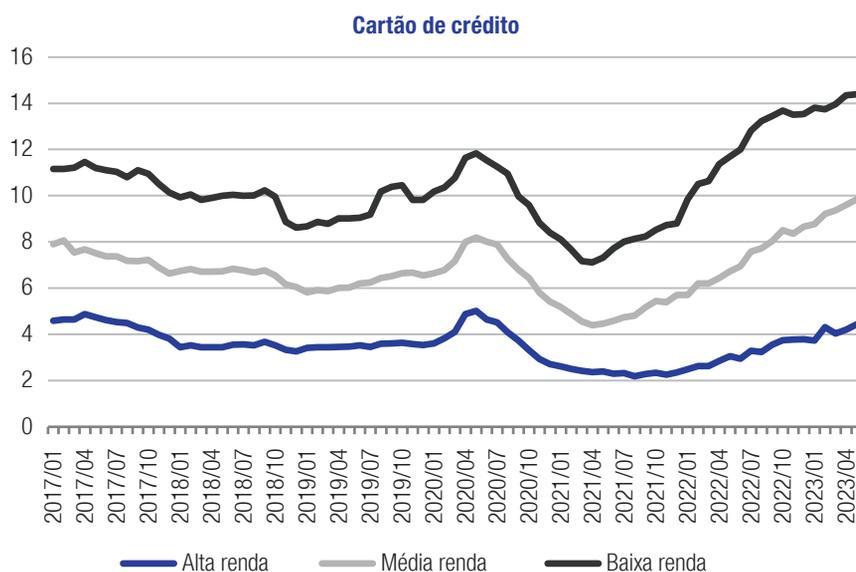
Luis Mansur, chefe do Departamento de Promoção da Cidadania Financeira do Banco Central, afirma que nos últimos anos o BC tem dedicado especial atenção ao endividamento, promovendo estudos sobre endividamento de risco, entendido como quando uma pessoa tem um volume de dívida “acima de sua capacidade de pagamento, e cuja persistência e baixa qualidade do crédito prejudicam o gerenciamento de seus recursos financeiros”. O que, ao longo do tempo, pode

impactar a qualidade de vida de um indivíduo em diversos âmbitos. A métrica para se identificar essa situação é que uma pessoa apresente simultaneamente dois ou mais de quatro critérios: inadimplência; comprometimento da renda mensal com o pagamento do serviço de dívidas acima de 50%; exposição

simultânea a modalidades de crédito como cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo; e renda disponível (após o pagamento do serviço das dívidas) mensal abaixo da linha de pobreza. Dados do primeiro estudo indicaram que em 2019 cerca de 4,6 milhões de tomadores de crédito

Inadimplência, em %, por modalidade e faixa de renda

Alta renda = (> 5 SM) – Média renda = (2 a 5 SM) – Baixa renda = (0 a 2 SM)

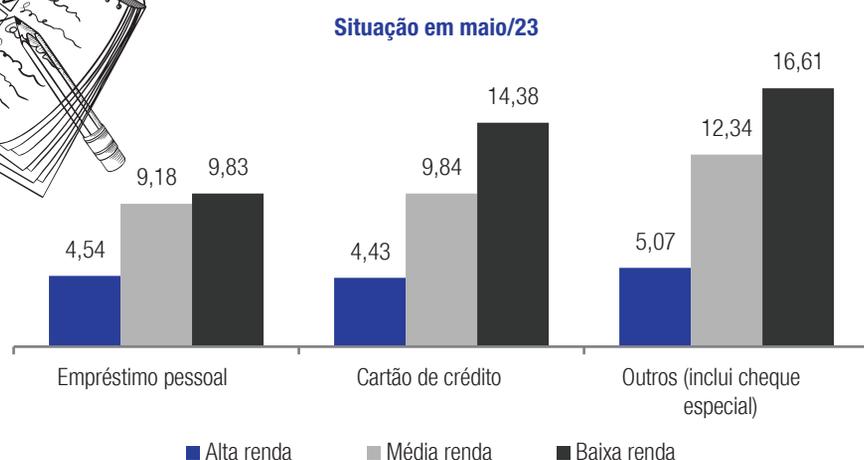
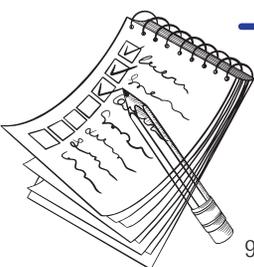
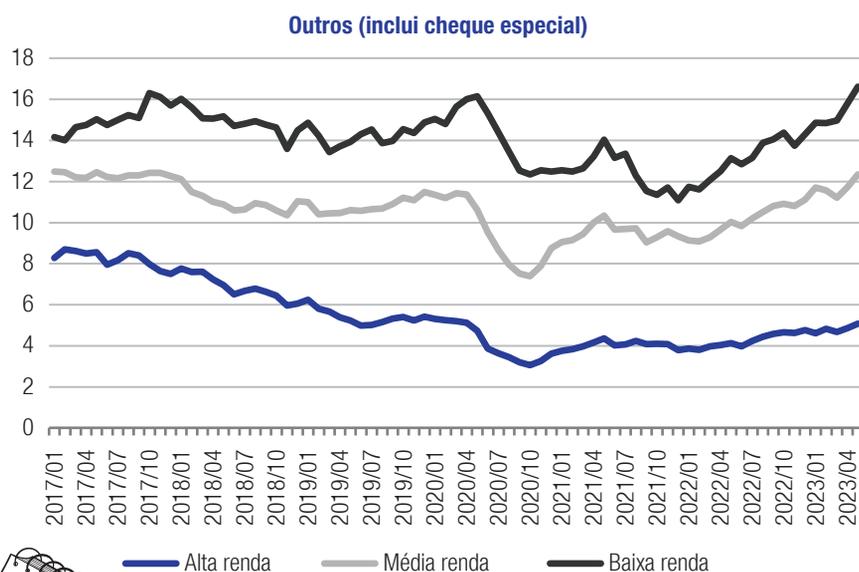


dito estavam em situação de endividamento de risco. “Desde então, vimos aprimorando essa métrica, e neste segundo semestre iremos lançar um novo levantamento”, diz Mansur. Ele explica que conhecer o perfil dos endividados de risco é fundamental para identificar pessoas propensas ao superendividamento. E, com isso, conversar com as instituições financeiras formas de educar seus clientes para evitar que

esse risco se concretize. “Isso não significa que o banco é responsável pelo superendividamento, pois este é um fenômeno multifacetado, que inclui acúmulo de dívidas também fora do sistema financeiro, como pagamentos de condomínio, aluguel, celular”, descreve. “Mas, dessa forma, conversamos com as instituições sobre o público endividado em sua carteira, indicando possibilidades de conscientização

sobre como evitar esse processo, já que estas contam com capilaridade e estão em contato direto com o cliente na hora em que ele está mais propenso a ouvir algum aconselhamento, que é quando adquire um serviço financeiro.”

Além da regulação que já obriga os bancos a conceder o crédito de maneira responsável, Mansur ressalta que o BC ampliou as recomendações por meio de um comunicado (34.201) com princípios e diretrizes em ações de educação financeira, que devem abarcar três áreas: formação de poupança, organização de orçamento pessoal e familiar; e a compreensão e o uso consciente de produtos e serviços financeiros, incluindo crédito. Oliva, por sua vez, afirma que as próprias instituições têm buscado iniciativas de autorregulamentação, como a capitaneada pela Febraban, da qual participam mais de 20 bancos. “No eixo de proteção ao consumidor, há 26 compromissos, como a criação de uma folha de rosto com resumo dos contratos de crédito – pois poucos têm o hábito de ler a íntegra – e regras de oferta responsável de crédito, que se adequem ao perfil do consumidor”, cita. “Mais recentemente, com a Lei de Prevenção ao Endividamento, desenvolvemos orientações para o uso responsável do cheque especial. Quando um cliente fica mais de 20 dias com comprometimento de mais de 30% do seu limite – lembrando que o limite de cheque especial foi pensado para questões emergenciais – ele recebe uma mensagem do banco, uma oferta ativa de linhas de crédito mais baratas.”



Inadimplência: calcula-se pela divisão do valor da carteira das operações de crédito com alguma parcela em atraso acima de 90 dias pelo valor da carteira de todas as operações. Entre uma das submodalidades que compreendem os outros créditos são conta garantida e cheque especial. Fonte: SCR.

Oliva também cita as iniciativas de educação financeira que a Febraban desenvolve junto ao BC. Além do Índice de Saúde Financeira, a principal é a plataforma Meu Bolso em Dia, que reúne conteúdos como vídeos e *ebooks* e, com ajuda

de inteligência artificial, oferece uma trilha de conteúdos conforme a necessidade de cada usuário. “Temos mais de 120 mil usuários cadastrados”, diz Oliva. Para estimular uma maior adesão à plataforma, as instituições passaram a testar um

programa de incentivos. “Por exemplo, os clientes que participaram do mutirão de renegociação promovido pela Febraban duas vezes ao ano e fizeram cursos na plataforma ganharam pontos, como num programa de milhagem, que puderam trocar por benefícios em cinco grandes bancos que aderiram à iniciativa”, conta Oliva. Entre esses benefícios, diz, houve *vouchers* para consumo em *ecommerces*, curso de investimento e desconto em tarifas. “No momento, discutimos outras parcerias com Procons e associações de classe para fortalecer o programa e atrair mais consumidores para a plataforma.”

Para Genaro Lins, do IBRE, também será importante observar a evolução da gestão de crédito das *fintechs*, que ainda estão ganhando musculatura no mercado, provando seus modelos de negócio.. “Se atores que ganham relevância tiverem uma baixa qualidade de gestão de crédito, isso pode comprometer o comportamento financeiro de seus clientes no sistema financeiro como um todo”, ressalta. Nathalia Arcuri, influenciadora digital de finanças, CEO da empresa Me Poupe, – cujos perfis nas redes sociais somam 15 milhões de seguidores – também ressalta o papel dos bancos digitais nesse letramento. Mas lembra, especialmente, que o letramento por instituições financeiras esbarra em um conflito de interesses que dificilmente será dirimido em sua totalidade. “Poucas pessoas entendem, por exemplo, quão nocivo é, para a vida delas, fazer um título de capitalização. Mas

Indulgência e compras de alto valor dão lugar aos gastos rotineiros

em 2022, brasileiros apontavam que maior parte das compras em cartão de crédito era de supermercado

Compras de supermercado (alimentos)	65%
Compras de produtos (roupas, calçados, eletrodomésticos)	48%
Remédios ou tratamentos médicos	41%
Compra de alimentos por delivery	22%
Transporte/ combustível	22%

Desconhecimento sobre valores e taxas é alto

pergunta a endividados: Sabe o valor de tarifas/ taxas ou juros que custou o atraso dessa dívida do cartão de crédito?

Não verifiquei os valores	59%
Sim, tarifas e juros	25%
Sim, apenas o valor dos juros	12%
Sim, apenas o valor das tarifas	4%



Fonte: Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro 2022, Serasa/OpinionBox.

se trata de uma questão que envolve interesses de mercado mesmo, o que reforça a importância de que a educação financeira aconteça desde cedo” (ver box pág. 55).

Próximo da realidade

No caso do programa do Banco Central para o ensino fundamental, chamado Aprender Valor, Mansur conta que o resultado das primeiras avaliações será apresentado nos dias 16 e 17 de agosto, em seminário que será transmitido no perfil de YouTube do BC.

Na cidade do Rio de Janeiro, 749 instituições aderiram ao Aprender Valor. Esse número representa 75% do total das instituições cariocas elegíveis, e 62% das escolas de todo o estado que participam do programa, colocando os fluminenses na liderança de adesões, em números absolutos. “A adesão das escolas foi voluntária”, diz Renan, secretário municipal de Educação, ressaltando a virtude do programa em estimular a aplicação prática do conteúdo, seguindo as melhores práticas internacionais nessa área (ver box ao lado).

Lilian, diretora da escola Índio da Maré, conta que para instituir o programa foi realizado treinamento prévio de coordenadores e professores na plataforma do Banco Central. Tão importante quanto preparar gestores e professores para as aulas, entretanto, foi realizar uma pesquisa prévia sobre a realidade das famílias desses estudantes. Caroline de Azevedo Vargas da Silva, coordenadora pedagógica da escola, ressalta que uma das



“Educação financeira dialoga com a proposta de ensino mão na massa”

Renan Ferreirinha

Secretário municipal de Educação do Rio de Janeiro

Como a educação financeira se enquadra na política de ensino do Rio?

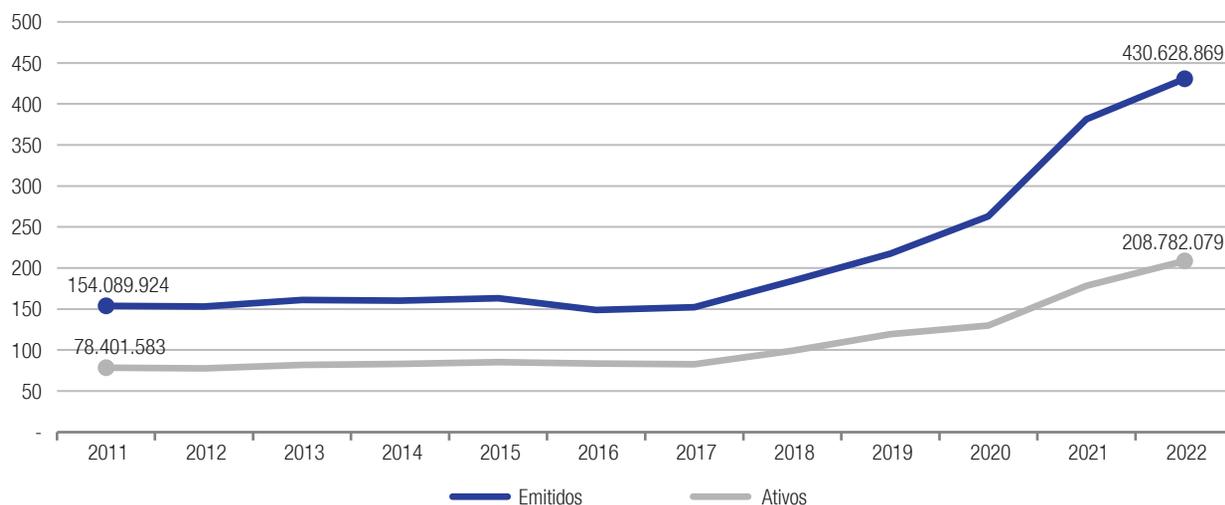
Sabemos que é preciso ajudar a população a lidar melhor com as finanças, e a educação tem papel fundamental nisso. Se observar os casos internacionais de sucesso, como o da Eslovênia, que é um grande exemplo em educação digital financeira, verá que não se trata de uma aula específica, mas de incluir o tema dentro das demais matérias, motivando o desenvolvimento dessas habilidades. Esse tipo abordagem, inclusive, está em consonância com nosso projeto de GETs – Ginásios Experimentais Tecnológicos, em que os professores articulam uma educação inspirada no conceito “cultura *maker*”, ou seja, uma educação mão na massa. Para que a escola seja de fato atrativa para o jovem, ela precisa estar próxima da realidade e apresentar uma perspectiva de futuro que faça sentido para esse aluno.

A metodologia dos GETs tem a ciência, tecnologia, engenharia, arte e matemática como seu fundamento. Além dessa cultura de aula, os GETs contam com salas de leitura e um laboratório, que é seu coração. Lá, os alunos têm à disposição de máquinas de costura eletrônicas a impressoras 3D, onde a ideia do “mão na massa” acontece pra valer, e onde também se inclui educação financeira, para que os alunos façam escolhas de como aproveitar melhor os recursos disponíveis. E aí entra a criatividade, o protagonismo, o trabalho coletivo, o pensar fora da caixa, que é o que queremos fomentar na educação carioca.

Leia a íntegra da entrevista no *Blog da Conjuntura Econômica*: <https://bit.ly/3OokC38>

Quantidade de cartões de crédito no Brasil - final do 4º trimestre

(em milhões)

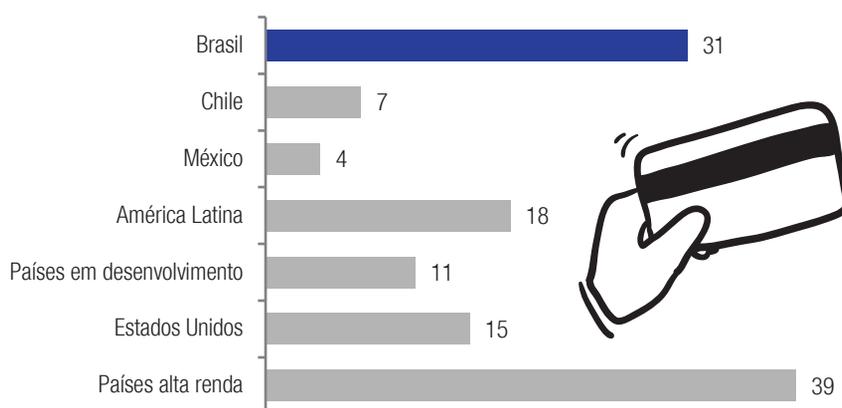


Fonte: BCB, com dados de emissores.

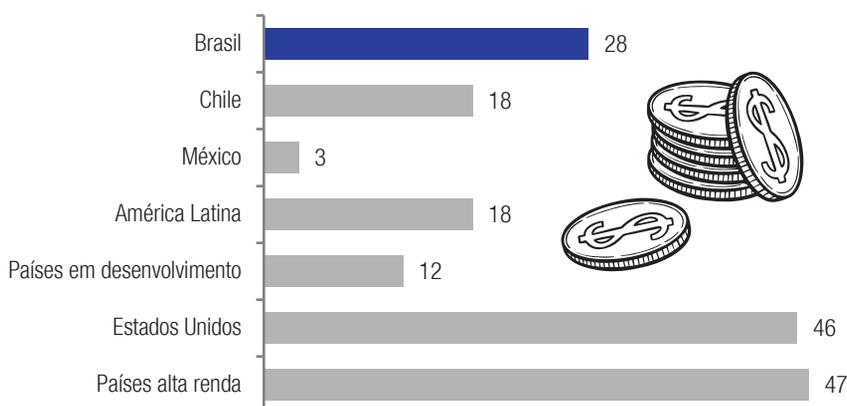
Possui cartão de crédito, em 2021

países e blocos selecionados

Educação primária ou menos (% com 15 anos ou mais)



Entre os 40% mais pobres (% com 15 anos ou mais)



Fonte: The Global Findex Database 2021 – FMI.

características que se destacou dessa pesquisa é o fato de muitos alunos já terem alguma relação com dinheiro, pela necessidade de ajudarem na casa – seja trabalhando em comércios locais depois das aulas, ou mesmo com a própria família, em negócios autônomos. Talison, por exemplo, distribui e vende salgados produzidos por sua mãe. “Essa característica nos incentivou, por exemplo, a trabalhar bastante o uso de cédulas e moedas, exercitar a equivalência entre elas”, diz Leonardo Fernandes, professor do terceiro ano. “Mostramos, por exemplo, que em conta de troco não há número negativo, que ninguém pode ficar devendo”, completa Dymytryus Pinheiro Couto, professor do quarto ano, que trabalha na escola desde 2016. “Agora começaremos a entrar nas frações, o que nos permite trabalhar a ideia de parcelas, ou descontos no pagamento à vista”, diz Couto. Ele afirma que uma dificuldade observada entre os alunos é a



Escola Municipal Índio da Maré



Talison



Ana Luísa



Matheus



Professor Leonardo



de compreender conceitos como inflação. “Eles identificam rapidamente quando sugiro, em um exercício, um preço de produto muito acima do de mercado e reclamam: ‘mas que caro!’”. Entretanto, não compreendem o que leva a um aumento de preços.” Fernando, por sua vez, indica que entre os exercícios mais complexos para seus alunos está o de identificar diferenças entre extratos e recibos. Há

também aqueles que não reconhece uma conta de serviço público, como de luz, algo que reflete seu entorno, onde predominam os ‘gatos’. “Ainda que hoje soe abstrato para eles, é algo que têm de aprender para o futuro”, diz Caroline, sinalizando a confiança de que seus alunos transponham as fronteiras da Maré.

Luis Mansur ressalta que a intenção do BC é de que esse projeto seja

perene. “É uma política de Estado. Em breve analisaremos seu impacto inicial, mas acreditamos que se trata de algo que gera benefícios imediatos para as famílias, além de uma semente para o futuro desses jovens”, diz. Com estabilidade econômica e maior consciência financeira, espera-se que floresça prosperidade para Talison, Ana Luísa, Matheus e todas as crianças brasileiras. ▣